

EDITORIAL

Cristina C. Pacheco e Andrea Pacheco Pacífico, co-editoras

A segunda edição de 2014 abre com a proposta de João Carlos Jarochinski Silva de refletir acerca do enfraquecimento da proteção aos refugiados na Europa, com destaque para os países membros da União Europeia que, ao definirem políticas comuns para imigrantes e refugiados, têm estabelecido vínculo entre refúgio e imigração que resulta em dificuldades no acesso dos refugiados ao sistema de proteção de seus direitos. O artigo seguinte, escrito a seis mãos, por Saulo Costa, Cletiane Araújo e Italo Fittipaldi, preocupa-se em propor um novo método de análise para compreender como pensar a importação e propagação de ideais e soluções para os Estados nacionais.

A política externa brasileira torna-se tema de dois artigos dessa edição. Alexandre Leite e Melissa de Sousa discutem a atuação brasileira diante dos BRICS e como a sua política externa tem se pautado cada vez mais por firmar um engajamento internacional e a consolidação dessa parceria entre os cinco países. Camilla Geraldello, por sua vez, resgata a teoria da autonomia, importante nas reflexões de RI nos anos 60, para compreender como a política externa brasileira a tem incorporado do final dos anos 1980 até os anos 2000.

O artigo de Alessandra Silva discute a problemática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, preocupando-se em apontar o surgimento do problema e como ele se desenvolveu até os dias atuais.

Os haitianos tornam-se objeto de reflexão de Wembley de Araújo e Thalita Silva, que discute o aprofundamento das relações entre Brasil e Haiti, tendo como ponto de partida a participação brasileira na MINUSTAH, além também de refletir sobre o processo de migração haitiano para o Brasil. Os direitos humanos seguem sendo tema dos artigos subsequentes dessa edição. Leonardo Peres discute a atuação brasileira no Conselho de Segurança da ONU, em específico nas reuniões que trataram do tema de genocídio em Ruanda. Gabriel Silva discute a postura adotada pelo Brasil perante os regimes de minas terrestres e de munições cluster buscando identificar uma política brasileira comum nesta área.

E, por fim, Jeane Freitas e Fernanda Silva procuram analisar o papel da UNODC no combate ao tráfico de drogas na Guiné-Bissau, a partir das reflexões neoinstitucionalistas, que ressaltam a importância dos organismos internacionais no estabelecimento da paz e no fortalecimento das instituições nacionais.

Tenham todos uma boa leitura!